

# Lagoando



Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul  
**Edição Especial Py'a Tytya (Batida do Coração)**



## EDITORIAL BOLETIM ESPECIAL PY'A TYTYA (BATIDA DO CORAÇÃO)

"A gente depende dos animais, não só pra se alimentar, mas para ouvir, do bugio, do passarinho... são o nosso rádio". Assim começava a conversa o indígena Jerônimo Vera Franco, gravado no [vídeo do PAN Lagoas do Sul](#), durante a sua elaboração.

Na aldeia Ivy Poty, em Barra Grande/RS, próximo à margem da Lagoa dos Patos, assim como em dezenas de aldeias do sul do Brasil, indígenas Guarani, Kaingang e Charrua seguem lutando para manter seus modos de vida, em meio à contaminação das águas, à destruição de nascentes e ao avanço desordenado das cidades e da agropecuária em larga escala.

Indígenas, quilombolas, agricultores familiares agroecológicos, pescadores artesanais e outras populações tradicionais da região das lagoas costeiras do sul do Brasil nos ensinam, a cada dia, jeitos diferentes de lidar com a natureza e dela retirar o sustento para a vida em comunidade.

Apoiar estes modos de vida, em especial dos indígenas, é não só um dever constitucional do Estado para com os povos originários, mas também uma forma de conservar espécies e ambientes ameaçados de extinção. É com base nisso que o objetivo do PAN Lagoas do Sul é "promover a conservação das espécies e ecossistemas e o reconhecimento e apoio aos modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território das lagoas da planície costeira do sul do Brasil."

No Rio Grande do Sul, são 157 aldeias indígenas, abrigando em torno de 27.000 pessoas, em 64 municípios. Muitas dessas aldeias são acampamentos, em condições precárias, sendo outras já constituídas em Reservas Indígenas.

No PAN Lagoas do Sul, foram planejadas e estão em execução várias ações que buscam apoiar a conservação da natureza, a produção de alimentos e os modos de vida nestas aldeias, envolvendo a conservação de nascentes, a recuperação de áreas degradadas, a implantação de sistemas agroflorestais agroecológicos, a produção de mudas e cadeias de comercialização.

Estas ações são desenvolvidas por diferentes organizações, nas quais a Divisão Indígena da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), do Estado do Rio Grande do Sul, tem desempenhado um papel protagonista e fundamental. Desde a oficialização do PAN, em 2018, parte destas ações vem sendo divulgada nas edições do Boletim "Lagoando".

Neste número especial, trazemos uma retrospectiva dessas ações, em um momento de grande preocupação: no período em que a pandemia do Covid-19 atinge as populações indígenas de forma mais intensa, é extremamente preocupante a desmobilização da SEADPR, com a convocação dos técnicos Márcia Londero e Ignácio Kunkel para o retorno à EMATER, sua instituição de origem. Estes representavam 2/3 da equipe da SEADPR, desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, um trabalho de grande cuidado e eficiência, em meio a uma grande relação de confiança junto aos indígenas, na Divisão responsável por formular, coordenar e executar políticas dirigidas à população indígena, conforme Decreto Estadual N° 54.567/2019.

A Edição Especial do Lagoando surge motivada por esta preocupação, na esperança de que a SAEDPR seja fortalecida, ao invés de desmobilizada, revendo a decisão colocada acima e buscando ampliar e qualificar cada vez mais sua atuação. Os modos de vida de milhares de indígenas do Rio Grande do Sul contam com isso, em meio a tantas adversidades e ameaças. Os ambientes, as águas e as espécies de plantas e animais ameaçadas de extinção também.

Coordenação do PAN Lagoas do Sul





Confira as ações do PAN Lagoas do Sul que foram noticiadas ao longo das sete edições do Boletim Lagoando!



**2018/nov/2ed**

## ***Sobreposição entre territorialidade indígena e Parque Estadual de Itapuã***

por: Joana Bassi e Márcia Londero. Foto: acervo SEMA/RS

Aborda o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da relação entre o Parque e os Mbyá-Guarani, contribuindo na gestão ambiental e territorial destas áreas.

**2019/mai/3ed**

## ***Saneamento para os MByá Guarani***

por: Anaiara Letícia V. da Silva, Projeto Taramandahy

Projeto Taramandahy Fase III implementa sistema modular ecológico de tratamento de efluentes domésticos em aldeia Aldeia Kuaray Resê (Sol Nascente) em Osório/RS.

## ***Legislação socioambiental e participação da SEMA/RS no PAN Lagoas do Sul***

por: Joana Bassi e Leonardo Urruth, SEMA/RS

Aborda o conjunto de ações da instituição dentro do PAN, sua base legal, servidores e departamentos envolvidos em sua execução.

## ***Agroflorestas e recuperação da agrobiodiversidade em aldeias Guarani***

fonte: SEAPDR/RS

Passivos ambientais são revertidos em projetos de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) e recuperação de áreas degradadas em aldeias indígenas.

## ***Plano de vida Mbya Kuery que saiu do papel***

por: Gabriela Coelho-de-Souza

Tese envolvendo os Guarani, extensionistas e pesquisadores, dialoga sobre governança Guarani e a política territorial e indigenista, é indicada para o Prêmio da Sober José Gomes da Silva - Sociologia Rural.



**2019/dez/5ed**

## ***Laudo Antropológico da Retomada Mbyá da Ponta do Arado: desvelamento de Yy Jerê de Aldeias Originárias na Zona Sul de Porto Alegre***

por: José Otávio Catafesto, UFRGS. Fotos: Ana B. Pinto

Relatório aborda a história da desterritorialização, violência racial, discriminação étnica de Yy Jerê (Ponta do Arado), em defesa do território indígena.







### ***Guardiões da Sociobiodiversidade: Sementes Crioulas, Frutas Nativas e Agroflorestas***

por: Divulgação PGDR/UFRGS

Evento reúne representantes das etnias Guarani e Kaingang, professores e alunos universitários e técnicos de outras instituições. Juntos, discutiram a respeito dos espaços e formatos de participação dos indígenas em eventos institucionais, ressaltando a necessidade de integrá-los na concepção e no planejamento dos mesmos.



2020/abr/6ed

### ***Rota dos Butiazais na Aldeia Guadjayvi município de Charqueadas/RS***

por: Márcia Londero. Foto: Fernando Kluwe Dias

Divisão Indígena da Secretária da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (RS) implementa ação da Rota dos Butiazais e realiza a recuperação e plantio de 400 mudas de butiá na aldeia Mbya Guarani Guadjayvi.

### ***Início do Projeto "Ma'ety, Mbaraete Nhemboguata Tekoá Mbya Kuery"***

por: Rafaela Printes. Foto: Ass. Com. Recanto da Folha

Ações promovem diálogos da agricultura originária com a agricultura biodinâmica e restauração ecológica com sistemas agroflorestais, com foco na recuperação do solo, plantio de espécies nativas, na soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades.

### ***Rede das Áreas Protegidas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – RAPLN/RS***

por: RAPLN/RS (via Facebook)

Foi realizada a primeira 5ª Reunião Ordinária da RAPLN/RS com os indígenas da aldeia Mbyá Guarani, tendo como foco a apresentação da aldeia pelo Cacique Mário, políticas e instrumentos de gestão do território da RAPLN, manejo de exóticas e conservação da biodiversidade na aldeia.

### ***Campanhas em prol das comunidades para o enfrentamento do COVID - 19***



2020/ago/7ed

### ***3º Encontro das Kunhangué em Rio Grande***

por: Carolina S. Costa, Joana Bassi e Márcia Londero.

Foto: Márcia Londero

Realizado de acordo com o Mbyá reko (modo de ser guarani), o encontro promoveu discussões relacionadas ao bem-viver nas aldeias, saúde e alimentação tradicional, sobre porã regua (uso das plantas medicinais) e fortalecimento das mulheres.



# SAÚDE, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E OS MBYÁ GUARANI EM TEMPOS DE PANDEMIA.

por: Carolina S. Costa, Guilherme Dal Sasso, Iana S. V. Nouhuys, Catherine de Carvalho e Lucas Rocha  
. foto:s Carolina S. Costa

Assim como as outras 304 etnias indígenas no Brasil, os *Mbyá* Guarani estão em constante processo de resistência e proteção de seu território desde o início da colonização. Ainda assim, eles mantêm uma relação forte com as matas nativas, onde podem obter caça, pesca, ervas medicinais, matéria-prima para artesanato - principal fonte de renda de diversas comunidades - lenha para o fogo e espaço para a roça. Também deslocam-se entre aldeias com frequência, guiados no território por sua espiritualidade. Nessas visitas é comum realizarem trocas de mudas e sementes, bem como buscarem tratamentos com lideranças espirituais, os *karai*.

Com poucas Terras Indígenas (TI) demarcadas e com a degradação do meio, muitas aldeias no RS carecem de condições ecológicas para que possam viver com autonomia. A pandemia de covid-19, além de ameaça biológica, veio para agravar vários problemas pré-existentes. O necessário isolamento social derrubou a venda de artesanatos e impediu a circulação entre aldeias e as trocas de sementes na época de plantio, contribuindo para o agravamento da insegurança alimentar. Ações do governo como a destinação de cestas básicas são tão fundamentais quanto insuficientes. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do povo guarani é muito ampla para caber em uma cesta básica com uma lista de alimentos que não contemplam sua alimentação tradicional. Neste contexto, instituições parceiras destas comunidades, no âmbito público e privado, que compreendem a saúde indígena enquanto integrada com o contexto cultural, territorial e espiritual, buscam colocar isto em prática por meio dos projetos emergenciais voltados à pandemia. É o caso do projeto organizado e executado pela Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), financiado por um edital de instituição privada e que contou com o auxílio da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/RS) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas entregas dos materiais. Nele, foram entregues cestas básicas com produtos orgânicos, constituídas de alimentos tradicionais (como milho, batata doce, mel, aipim, etc) adquiridas de assentamentos, kits higiene e kits plantio (com ferramentas para a roça e sementes crioulas baseadas na roça tradicional mbyá). Longe de se alcançar uma real SAN, estes pequenos projetos fazem diferença ao ter enquanto horizonte a soberania e segurança alimentar enquanto um passo à saúde.

A ideia que a demarcação de TI, o acesso ao território biodiverso e a espiritualidade são fatores que nutrem o corpo guarani e a pandemia da COVID-19, bem como a falta de cuidado dos governos, expõe esses corpos mais uma vez ao risco de genocídio.



# PODCAST "QUE TAL UM MATE?" ABORDA A REALIDADE INDÍGENA GUARANI

por: Silvana Granja, Assessoria de Imprensa, ASSSAN Círculo

A sexta edição do podcast "Que tal um mate?" aborda um tema que é vital para a dignidade de um país com diversas etnias: "A soberania alimentar das aldeias Guarani".

O episódio, mediado pela coordenadora do ASSSAN Círculo, Gabriela Coelho, tem como convidados o professor indígena e cacique guarani da aldeia Pindoty, que fica no município de Riozinho (RS), Felipe Oscar Brizoela e a doutora em Ciência Política, Marcia Londero, que atua na Divisão Indígena da Secretaria Estadual de Agricultura e Desenvolvimento Rural do RS.

Além de liderar a sua aldeia, Brizoela acompanha as políticas voltadas aos povos indígenas, tanto de saúde quanto territoriais, como o PAN Lagoas do Sul. Segundo ele, uma das preocupações dos guarani é não conseguir manter a sua alimentação típica por falta de terras apropriadas, água e apoio do poder público para que possam cultivar os seus alimentos na época certa e de acordo com a sua cultura. Já Marcia, que vem atuando em políticas de etnodesenvolvimento das aldeias indígenas no RS, comenta sobre a atuação do estado em políticas públicas e a importância das redes de apoio para essa população.



🍃 Que tal um mate? no Spotify:

[https://open.spotify.com/episode/6JI3y26JZc68ARkv99VXzZ?si=zWdzj\\_UcSL69ClSi387rRA](https://open.spotify.com/episode/6JI3y26JZc68ARkv99VXzZ?si=zWdzj_UcSL69ClSi387rRA)

🍃 Que tal um mate? no YouTube:

<https://youtu.be/nKsGHd3STGE>

🍃 Que tal um mate? no Lúmina Podcasts:

<https://www.ufrgs.br/luminapodcasts/site/episodio/soberania-alimentar-das-aldeias-guarani>

🍃 Que tal um mate? no Anchor:

<https://anchor.fm/asssan-crculo-de-referencia/episodes/Que-tal-um-mate--6---A-soberania-alimentar-das-aldeias-Guarani-ei52el>



Gravação do podcast com Felipe Brizoela, cacique da aldeia Pindoty, e Gabriela Coelho, ASSSAN Círculo/UFRGS



# RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM ALDEIAS INDÍGENAS: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA PERSPECTIVA DAS AGROFLORESTAS

por: Joana Bassi, Márcia Londero e Rodrigo Cossio. Fotos Rodrigo Cossio

A Reposição Florestal Obrigatória (RFO) no Estado do RS é uma forma de compensação ambiental originada do corte de vegetação nativa em processos de licenciamento. A SEMA/RS prevê a possibilidade de converter a reposição em ações conservacionistas e preservacionistas diversas, incluindo restauração ecológica e conservação de ecossistemas, implementação de sistemas agroflorestais e uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade, dentre outras. Uma importante construção envolvendo SEMA, Divisão Indígena da SEAPDR e CEPI/RS tem possibilitado o desenvolvimento de projetos em aldeias indígenas, incluindo, até o momento, duas no território do PAN Lagoas do Sul.

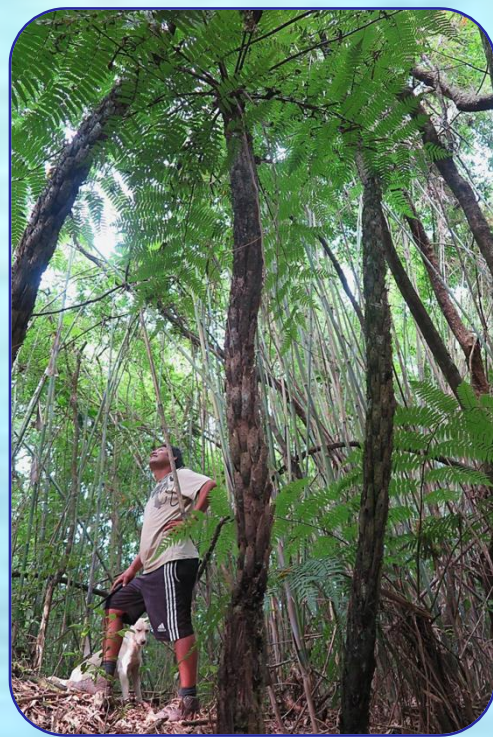
O projeto “Restauração ecológica com agroflorestas em áreas indígenas no RS”, sob execução do Centro de Trabalho Indigenista e com recursos da CEEE, é desenvolvido a partir do fortalecimento dos conhecimentos etnoecológicos Guarani e do diálogo intercultural na perspectiva de agroflorestas. Abrange a *tekoá* (aldeia) *Guavira poty*, em Camaquã, uma área coberta com eucaliptos plantados pelo Estado anteriormente ao repasse aos *Mbyá* Guarani. Na *tekoá*, está sendo desenvolvido um diagnóstico e etnomapeamento comunitário, o qual se desdobrará na restauração de áreas com agroflorestas, além de quintais agroflorestais e roças biodiversas. O etnomapeamento é uma ferramenta de produção de conhecimento consolidada no contexto da gestão territorial e ambiental das terras indígenas, definido na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI/BRASIL, 2012). Associada à riqueza do conhecimento etnoecológico da área está a agricultura tradicional guarani. Há uma fluidez entre as matas nativas, as áreas com eucaliptos, os núcleos de moradias e as roças.

Estas últimas manifestam um conhecimento milenar particular e muito caro aos Guarani. Assim, a valorização e o fortalecimento desse sistema próprio é uma das dimensões do projeto.

Junto à comunidade Kaingang da aldeia *Van Ka*, em Porto Alegre, foi construído um projeto a partir da mediação dos técnicos da Divisão Indígena e com recursos do Hospital de Clínicas da UFRGS, de restauração da área com espécies nativas de interesse kaingang, com o uso de plantas frutíferas, ornamentais, medicinais/espirituais. O projeto também conta com a supressão de 32 árvores adultas

de *Pinus* sp., uma exótica invasora altamente agressiva, e sua substituição por pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*), espécie de relação milenar com os kaingang e cuja distribuição revela a dimensão da territorialidade deste povo.

Outro projeto importante também mediado pela Divisão Indígena da SEAPDR, em fase de aprovação na SEMA, é o plantio de 1800 mudas nativas, em sistemas de quintais escolhidos pela comunidade Mbyá Guarani *Guajayvi*, do município de Charqueadas e executados pelo Consórcio Ponte do Guaíba.





# MADEIRAS APREENDIDAS SÃO DOADAS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS EM ALDEIA GUARANI

fonte: SEAPDR/RS, Bárbara Corrêa e Vanessa Trindade. foto: Santiago Franco, Cacique da Aldeia Mbya Guarani

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) destinou dez metros cúbicos de madeira nativa de cedro para a aldeia indígena *Yvy Poty*, no município de Barra do Ribeiro, RS. O material é proveniente de uma apreensão durante fiscalização e será destinado para construção de duas novas casas.

A aldeia indígena é da etnia Mbyá Guarani e, conforme a representante da SEMA no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Joana Bassi, se encontra em estado de vulnerabilidade. "Mapeamos que alguns indígenas estavam vivendo embaixo de lonas e a necessidade de aporte para moradia era urgente. Esta ação reflete uma importante iniciativa de otimização de políticas públicas, norteadas pelos compromissos do Estado em apoiar o desenvolvimento dos povos indígenas", destaca.

A destinação da madeira, na última semana de junho, foi definida pela Junta Superior de Julgamento de Recursos (JSJR) da Sema, atendendo solicitação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, com apoio do Departamento de Biodiversidade (DBio) da Sema e da Divisão Indígena da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR).

A analista ambiental da JSJR, Daiane Caporal, afirma que graças à articulação entre as secretarias foi possível destinar as madeiras para um projeto efetivo. A Sema pretende dar continuidade a ações como esta, considerando o déficit habitacional das aldeias e o agravante imposto pela pandemia da Covid-19. A iniciativa deve beneficiar pelo menos outras 15 aldeias das etnias Mbyá-Guarani e Kaingang.

"Diante da falta de moradia, em especial durante períodos de frio, às famílias resta, unicamente, a aglomeração nas poucas moradias existentes nas aldeias. Estamos atuando diretamente para minimizar esses impactos e proteger essas comunidades em um período tão difícil para todos," comenta a socióloga da Divisão Indígena da SEAPDR, Márcia Londero.



A SEMA trabalha para assegurar aos povos indígenas os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 que prevê a moradia como direito social fundamental. Doações como essa já ocorreram em 2019, quando a aldeia Mbyá-Guarani Guyrá Nhendu, no município de Maquiné, recebeu cerca de oito metros cúbicos de madeira apreendida, também para construção de casas.

Segundo Santiago Franco, cacique da aldeia, o apoio dos funcionários Márcia Londero e Ignácio Kunhel, da Divisão Indígena da SEAPDR, tem sido fundamental na articulação com a SEMA. Além deste apoio à melhoria das condições de habitação, Márcia e Ignácio tem colaborado no desenvolvimento de atividades relacionadas a educação e agricultura. A aldeia de sente muito afetada com a atual saída deles da Divisão Indígena, estão inseguros sobre a continuidade das atividades conjuntas, o apoio às suas necessidades, sobre quem os substituirá e se isso também poderá acarretar no fechamento da Divisão Indígena.



# ACADÊMICOS DENUNCIAM PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA OS INDÍGENAS

por: Silvana Granja, Assessoria de Imprensa, ASSSAN Círculo

*Em época de pandemia, a transferência de profissionais especializados para outros órgãos pode representar o desamparo de grupos étnicos fragilizados historicamente*

Acadêmicos, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, que defendem os direitos e a cultura das populações tradicionais do estado, manifestam grande preocupação com a fragilização da estrutura que promove as principais políticas públicas voltadas às populações indígenas. A descontinuidade do trabalho dos técnicos Marcia Londero e Ignácio Kunkel, da Divisão Indígena da Secretaria Estadual de Agricultura e Desenvolvimento Rural do RS (SEAPDR) representa o aniquilamento das atividades e da interlocução que ambos estabeleceram com as aldeias indígenas, há mais de 20 anos.



"Nesse processo, há uma construção de muitas pessoas que ficam na linha de frente, escutando e acompanhando os grupos e buscando compatibilizar ou fazer dialogar com as lógicas de funcionamento do Estado. Parece-nos que destituir ou desmontar abruptamente algumas construções que foram coletivamente construídas, não somente exclui grupos que já eram desfavorecidos, mas principalmente prejudica a sociedade", ressalta a presidente da Sociedade Latino-americana de Etnobiologia, Rumi Kubo. Para a

pesquisadora, conquistas importantes podem ser citadas depois de 19 anos da publicação do decreto 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

A Coordenadora do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo), ligado à UFRGS, Gabriela Coelho, disse que afastar esses profissionais pode significar a descontinuidade de políticas voltadas à agricultura e à segurança alimentar e nutricional, desenhadas coletivamente com o protagonismo indígena. "Esses técnicos estão a frente desse trabalho há décadas e acompanharam a constituição do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, criado em 2003, um dos principais espaços de interlocução dos indígenas com o estado, no qual as diretrizes para a implementação das políticas nas aldeias são estabelecidas", esclarece Gabriela. Acrescenta ainda, que na Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural Guarani, ocorrida em 2015 na aldeia Pindoty, a ação priorizada foi a ampliação e continuidade dos espaços de interlocução dos grupos com o estado.

**Este posicionamento também é compartilhado pelos seguintes grupos:** Conselho Estadual dos Povos Indígenas; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Pan Lagoas do Sul; Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM); Conselho Indigenista Missionário (CIMI-SUL); Comissão Guarani Yvyrupa; Conselho de Articulação do Povo Guarani do Rio Grande do Sul (CAPG); Núcleo de estudo em agroecologia e produção orgânica da UERGS -Unidade Tapes; Ação Nascente Maquiné (ANAMA); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul); Fundação Luterana de Diaconia e Conselho de Missão entre Povos e Indígenas (FLD-COMIN) e Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS.



# CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



SECRETARIA DO  
DESENVOLVIMENTO RURAL,  
PESCA E COOPERATIVISMO



SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE E  
INFRAESTRUTURA



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

## MANDE NOTÍCIAS! ENVIE NOTAS CONTENDO:

- ✓ Título da nota;
- ✓ Escrita clara e objetiva, voltada ao público em geral;
- ✓ Foto ou ilustração, com legenda ou não;
- ✓ Autoria do texto e da (s) imagem (ns).

Contribua para  
divulgarmos  
muitas notícias,  
**escreva notas de  
no máximo 1800  
caracteres!**

Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Encaminhe sua notícia para o e-mail: [panlagoasdosul@gmail.com](mailto:panlagoasdosul@gmail.com), teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

**Obs. A revisão de texto e autorização de uso das imagens ficam sob a responsabilidade dos autores.**

**Boletim Lagoando**  
Edição Especial número 08  
Setembro / 2020

**Edição e diagramação:**  
Maya Ribeiro Baggio

**Colaboraram nesta edição:**  
Membros do GAT, articuladores e  
colaboradores do PAN Lagoas do Sul

**Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul**



**Endereço:**  
Av. Carlos Ely Castro, 195  
Fundos do CENTREVENTOS  
Cep 88301-445 – Itajaí – SC  
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

**Contatos:**  
Telefone: (47) 3348-6058  
E-mail: [panlagoasdosul@gmail.com.br](mailto:panlagoasdosul@gmail.com.br)  
Site: [PAN Lagoas do Sul](http://PAN Lagoas do Sul)  
YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](http://Vídeo PAN Lagoas do Sul)

